

Quinta-Feira, 23 de Julho de 2026

Servidora investigada por extorsão movimentou R\$ 7 milhões em três anos, aponta delegado

Operação Laço Oculto prende suspeitos de extorquir colega; polícia segue rastro financeiro de crimes.

A servidora da Secretaria de Estado de Saúde (SES) Fernanda Leite da Matta, alvo principal da Operação Laço Oculto deflagrada nesta terça-feira (22), teve movimentações financeiras que atingiram aproximadamente R\$ 7 milhões durante um período de três anos, conforme informações do delegado Hugo Abdon Lima, que atua na Delegacia Especializada de Roubos e Furtos (Derf).



Fernanda e outro servidor da SES, Deiwson Ortelhado, são investigados por terem extorquido mais de R\$ 1,1 milhão de uma colega de trabalho, explorando a vulnerabilidade emocional e psicológica da vítima.

"O volume de valores transacionados entre as pessoas é muito elevado. Um dos alvos, Fernanda Matta, ao longo de três anos, fez transações no montante de R\$ 7 milhões, e esse dinheiro foi parar aonde? É um trabalho de investigação minucioso que a Polícia Civil realiza, seguindo o caminho do dinheiro", declarou o delegado.

A corporação também investiga a possibilidade de os acusados estarem envolvidos em outros esquemas criminosos, considerando a alta movimentação de recursos detectada nas investigações.

"Não conseguimos identificar outro padrão de vítimas, mas é provável que essas pessoas estejam envolvidas em outros esquemas para obter recursos, como jogos de azar e agiotagem. Aparentemente, existem outros esquemas que ainda estão sendo investigados. Já instauramos ou vamos instaurar procedimentos para apurar esses outros fatos", complementou.

De acordo com Hugo Abdon, o esquema teve início em 2022, quando Deiwson teria solicitado à colega que cedesse sua conta bancária para quitação de uma dívida supostamente contraída com um agiota. A partir de então, Fernanda começou a fabricar cenários fictícios de intimidação, alegando que criminosos ameaçavam a vítima e seus familiares. Com base nessas ameaças infundadas, exigia transferências crescentes de valores sob o pretexto de liquidar a dívida e os supostos encargos impostos pelos agiotas.

Outros indivíduos investigados teriam auxiliado no esquema ao movimentar e ocultar os recursos obtidos por meio da extorsão, incluindo um policial militar que também foi alvo da operação.

"O grupo é organizado e permanente. Ele se mantém ao longo do tempo. O fluxo financeiro permanecia constante. Eles seguiam uma lista de pessoas e o destino final era este policial militar que foi alvo da nossa operação hoje", afirmou o delegado.

O delegado também ressaltou a discrepância entre os valores movimentados pelos investigados e os vencimentos que recebem como servidores públicos.

"Como é possível que servidores públicos que auferem salários modestos, que não possuem cargos estratégicos, consigam movimentar valores tão substanciais em períodos curtos, realizando transações com pessoas sem qualquer relação comercial ou legal? Fica evidente que existe um esquema envolvido".

Segundo o delegado, a operação foi executada nesta fase para maximizar as chances de recuperação dos bens da vítima, enquanto prossegue o rastreamento dos recursos desviados.

Durante a execução dos mandados, foram apreendidos seis veículos — dois automóveis e quatro motos —, além de aparelhos celulares e documentação que poderão contribuir nas investigações sobre o patrimônio. Também foram bloqueadas contas bancárias pertencentes aos investigados.

O delegado informou que os suspeitos optaram por guardar silêncio durante a execução dos mandados e não forneceram justificativas acerca da origem dos recursos.

"Entendemos que não existe como justificar. É um grupo que se utiliza desse tipo de prática para obter seus rendimentos", finalizou.

Operação Laço Oculto

A Polícia Civil cumpriu nesta terça-feira cinco mandados de busca e apreensão em domicílios, um de busca e apreensão de bem imóvel, cinco de sequestro de patrimônio e três ordens de congelamento de ativos em instituições financeiras, que podem totalizar mais de R\$ 3,3 milhões.

As ações foram realizadas nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande contra servidores da SES, um policial militar e indivíduos apontados como participantes da cadeia de movimentação financeira investigada.

A Secretaria de Estado de Saúde prestou colaboração durante a operação, enquanto a Corregedoria da Polícia Militar acompanhou a execução das medidas envolvendo o policial investigado.

Conforme a Polícia Civil, a Operação Laço Oculto objetiva recuperar os montantes extorquidos da vítima, bem como apreender correspondências, equipamentos eletrônicos e demais elementos que esclareçam o envolvimento de cada investigado e contribuam para a apuração de possíveis crimes de agiotagem e lavagem de ativos.